

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Port STN 462/2009 (Anexo I) e Resoluções do TCE-PI

R\$ 1,00

	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I = 1 + 2 + 3)	140.284.107,92	-
1 - Pessoal Ativo	111.943.679,06	-
2 - Pessoal Inativo e Pensionistas	28.340.428,86	-
3 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II = 4 + 5 + 6 + 7)	41.354.715,50	-
4 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		-
5 - Decorrentes de Decisão Judicial		-
6 - Despesas de Exercícios Anteriores	10.229.681,14	-
7 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	31.125.034,36	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III = (I - II))	98.929.392,42	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		98.929.392,42
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		6.201.506.914,05
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = IV / V * 100		1,60%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 2%		124.030.138,28
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo Único, art. 22 da LRF) - 1,90%		117.828.631,37

FONTE: SIAFEM

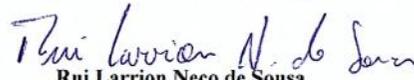
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35,

inciso II da Lei 4.320/64.

Teresina, 28 de janeiro de 2015.


Zélia Saraiva Lima
 Procuradora-Geral de Justiça


Rui Larrion Neco de Sousa
 Controlador Interno em exercício


Denis Rodrigues de Lima
 Coordenador de Contabilidade e Finanças